

## A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (II) (\*)

Por Lúcia Lima Rodrigues, Russell Craig e Delfina Gomes

**Terá sido a Aula do Comércio portuguesa a primeira escola oficial a oferecer instrução formal em comércio, onde se incluía o ensino das partidas dobradas e da contabilidade? Na segunda parte deste trabalho, os autores apresentam os resultados da sua ampla pesquisa para tentar obter uma resposta à questão. Conclusão? A afirmação acerca do pioneirismo da escola fundada pelo Marquês de Pombal continua a ser válida.**



Lúcia Lima Rodrigues  
Doutorada em Ciências Empresariais  
Professora associada com agregação  
na EEG da U. Minho  
Presidente da Comissão de História  
de Contabilidade da OTOC



Russell Craig  
Professor na Universidade de Canter-  
bury, Nova Zelândia



Delfina Gomes  
Doutorada em Ciências Empresariais  
Professora auxiliar na EEG da U.  
Minho

Na sequência da primeira parte deste trabalho, publicada no último número desta Revista, apresentamos agora os resultados das pesquisas e investigações levadas a cabo.

Começamos por centrar-nos nas duas escolas que o inquérito aos vice-cônsules portugueses em 1851 (referido anteriormente) sugeria como prováveis candidatas a refutar a nossa hipótese central: uma escola em Guernsey e outra em Dundee. Em seguida, exploramos se as reformas da educação do comércio na Europa poderiam ter levado à criação de uma escola que pudesse refutar a nossa hipótese. Na tabela que apresentamos temos uma listagem das escolas de comércio que apareceram no decurso das nossas investigações, mas que não tornam falsa a nossa hipótese central.

**Guernsey** – As nossas investigações relativas à escola em Guernsey (referida pelo vice-cônsul português, em 1851) revelam que a nossa hipótese não é falsa. A *Elizabeth College* (1) foi fundada pela Rainha Isabel I, em Guernsey, por uma Carta Real em 1563, como uma escola secundária (Collenette, 1963, p. 9; de Havilland, 1824, parágrafos 4,

23). Não ensinava disciplinas de qualquer área comercial, tendo como objectivo «proporcionar educação para os rapazes que pretendessem en-

trar... na Igreja de Inglaterra» (Collenette, 1963, p. 9). Antes da sua reforma, em 1824, as matrículas nunca excederam os 29 alunos, e «durante vários períodos, não houve nenhum aluno na escola» (Collenette, 1963, p. 12). O fracasso da escola foi atribuído (num inquérito datado de 1824) ao facto de «não ter ensinado nada mais além do ensino clássico de Latim e Grego, o que não era suficiente para atender às necessidades [de Guernsey]» (de Havilland, 1824, n. 62). Em 1824, um inquérito sobre o funcionamento da escola propôs que os seguintes temas fossem ensinados: «Navegação incluindo Trigonometria, Geografia, a utilização dos Globos ... e contabilidade por partidas dobradas, incluindo Álgebra» (de Havilland, 1824, n. 37). Assim, foi só após a reforma proposta em 1824 que a escola alargou o seu currículo para incluir temas comerciais – e, foi esta reforma, ao que parece, que deu origem à resposta do vice-cônsul português.

**Dundee** – A escola de Dundee foi fundada em 1434 (Grant, 1876, p. 21). (2) Funcionava como uma escola secundária sob os auspícios conjuntos do município e dos presbíteros de Dundee. Até, pelo menos, 1740 a educação ministrada tinha um enfoque essencialmente religioso, com forte ênfase no latim. Mas, em 1786, o currículo já havia mudado tanto que ela «estava concebida para instruir os jovens cavalheiros na aprendizagem da matemática, e nos diversos ramos da ciência» (p. 119). Havia oito temas, realizadas pela seguinte ordem, como segue (p. 119):

1. Aritmética;
2. Contabilidade por partidas dobradas;
3. Matemática, abrangendo os elementos de Euclides, trigonometria simples, geometria prática,

incluindo os elementos de medição e topografia;

4. Matemática, abrangendo álgebra, secções cônicas, e trigonometria esférica;

5. Navegação;

6. Filosofia natural e astronomia;

7. Desenhos e perspectiva;

8. Francês.

Tanto quanto nos foi possível apurar, a escola de Dundee não foi inteiramente financiada pelo erário público, mas foi financiada, ao longo do tempo, a partir de uma variedade de fontes, incluindo a câmara municipal, presbíteros locais e subscrições públicas. Embora a escola tenha sido fundada antes da Aula do Comércio, a existência desta escola não torna a nossa hipótese falsa uma vez que não foi financiada por um governo nacional e não era especializada no ensino de comércio antes de 1759. Ao contrário da Aula do Comércio, o seu currículo não incluía o ensino de seguros, moedas estrangeiras, pesos e medidas.

**Ayr** - Ao examinar a escola de Dundee, chamou-nos a atenção a escola secundária de Ayr, na Escócia, estabelecida antes de 1710 (Boyd, 1961, p. 72). Havia pelo menos três razões principais para a escola de Ayr poder tornar falsa a nossa hipótese. Primeiro, porque a partir de 1683 começou a afirmar-se que «a Escócia tinha estabelecido a sua reputação como uma terra de contabilistas» (Mephram, 1994, p. 269). Em segundo lugar, John Mair foi professor nesta escola entre 1727 e 1761, altura em que ele «activamente iniciou e implementou importantes desenvolvimentos no currículo... e [escreveu] o texto mais popular sobre escrituração contabilística... *bookkeeping Methodiz'd*» (Mephram, 1994, p. 272). Entre 1746 e 1761 Mair foi reitor, primeiro mestre e professor de Aritmética, Contabilidade e outras ciências, altura em que ele «introduziu mudanças radicais» (Mephram, 1994, p. 273). Em terceiro lugar, na Escócia, por volta de 1750 «surgiu um grito por um ensino mais prático do que o oferecido nas escolas tradicionais, onde a inexistência da área comercial foi sentida como um grande mal...» Grant (1876, pp. 115-6). A escola em Ayr foi considerada como parte de uma «revolução silenciosa», realizada pelos «homens práticos do porto da cidade», longe da dominância dos protestantes e lutando por uma educação que tivesse «em consideração as ne-

cessidades da vida prática» e não a necessidade de « (...) qualificação para membro da Igreja» (Boyd, 1961, p. 74). A «grande mudança ocorreu entre 1700-1725, tendo a escrituração contabilística sido ensinada pela primeira vez na escola, em 1721, aproximadamente ao mesmo tempo em que foram tomadas medidas para reforçar a instrução da matemática, que foi considerada fundamental no negócio da navegação» (Boyd, 1961, p. 75). Em 1728, Mair conseguiu ganhar o apoio do município de Ayr para a escola «adquirir um conjunto de mapas e globos, conhecimento que... é muito necessário para formar o homem de negócios» (Boyd, 1961, p. 75).

Mas embora a escola de Ayr seja prévia à Aula de Comércio, não torna falsa a nossa hipótese. A escola não era financiada por um governo nacional ou agência do governo, mas pelos «fundos da cidade» (Boyd, 1961, p. 73) e não era especializada no comércio. Ser fluente em latim e grego parecia ser um importante objectivo do currículo desta escola e, em todas as reformas que ocorreram «não ocorreu a ideia de abandonar o estudo das línguas» (Boyd, 1961, p. 76). Em 1746, a escola estava centrada na «formação da juventude, no conhecimento da literatura e preparava-os para o negócio da forma mais célere possível» (Boyd, 1961, p. 77). Havia três departamentos na escola, um ensinava gramática, outro inglês e um terceiro era especializado «no ensino de aritmética, escrituração contabilística, geometria, navegação, vigilância, elementos euclidianos, álgebra e de outras ciências matemáticas e filosofia» (Boyd, 1961, p.77).

### Educação profissional financiada pelo Governo

Pretendemos também saber quando é que o governo iniciou o financiamento da educação profissional na Europa e no Reino Unido, na esperança de que isso nos pudesse levar a refutar a nossa hipótese. Mas tal não aconteceu. Em França, por exemplo, o Governo não financiou o ensino profissional no século XVIII. Por exemplo, o financiamento do ensino da contabilidade só aconteceu em França no final do século XIX. No entanto, apesar de o Estado francês não intervir *directamente* na organização do ensino comercial, teve um papel importante *indirecto* na criação do ensino (privado) comercial. A *Ordonnan-*

ce du Commerce de Colbert, o primeiro-ministro de Luís XIV, exigia já que os comerciantes que se registassem no grémio deveriam ter conhecimentos de contabilidade por partidas dobradas e partidas simples, letras de câmbio e de regras de aritmética.<sup>(3)</sup> As escolas comerciais mais antigas, como a *École des Hautes Études Commerciales* [Escola de Altos Estudos Comerciais] criada em 1820 (e mais tarde conhecida como Escola de Comércio de Paris) e a Mulhouse (1868) (ver Maffre, 1985, p. 133) eram escolas privadas, apoiadas pelas Chambres de Commerce [Câmaras de Comércio].<sup>(4)</sup> A Aula de Comércio portuguesa era conhecida em França, conforme pode ser confirmado a partir deste texto de 1780, quando uma escola semelhante começou a ser planeada em Dijon: «Acredita-se que para adquirir todos os conhecimentos necessários para levar a cabo negócios sólidos e honrados é muito importante a criação de uma escola gratuita: esta necessidade fez-se sentir em Lisboa onde foi criada uma escola idêntica.» (*Projet l'établissement d'une école gratuite de commerce à Dijon*, Dijon, 1780, p. 16. BN 8 V Piece 11 580)

De forma idêntica, no séc. XVIII, em Inglaterra, o governo não financiava educação com objetivos profissionais: « (...) em Inglaterra no século XVIII não havia nem um Ministério da Educação com uma política estatal, nem um sistema nacional de educação... O ensino vocacional... era promovido por iniciativa de particulares... a educação comercial era transmitida em Academias privadas pelos esforços pioneiros dos seus fundadores.» (Hans, 1951, p.15)

Muitas destas «academias técnicas» privadas destinavam-se a preparar os alunos para a «profissão mercantil.» A maioria delas, tais como a *Lambeth Academy*, de Thomas Badejo (criada em 1785) e a *City Commercial School* [Escola Comercial da Cidade] de William Milns (criada cerca de 1792) (Hans, 1951, pp.105-08), são posteriores ao estabelecimento da Aula de Comércio em Lisboa e são escolas privadas. A ausência de financiamento do governo central à educação comercial, antes de 1759, pode justificar-se pela existência destas escolas privadas que produziam uma oferta suficiente de graduados aptos a satisfazer as necessidades da economia mercantilista. Uma dessas escolas foi a *Little Tower Street Academy*, fundada por Thomas Watts em 1715, um professor de matemática. Esta escola tinha uma reputação de fornecer «mordomos, secretários, guarda-livros devidamente qualificados e que dão segurança sobre a sua fidelidade»

(Hans, 1951, pp.82-87). Outra foi a Soho Academy, fundada por Martin Clare em 1717/1718 sendo dito que «começou como uma Academia comercial com um enviesamento profissional.» (Hans, 1951, p.87)

## Pan-Europa

As nossas inquirições sobre a situação nos países da Europa (nomeadamente em Itália, Espanha, Grécia, França, Holanda, Alemanha, Noruega, entre outros) não revelaram qualquer evidência que torne falsa a nossa hipótese. A seguir apresentamos o que conseguimos apurar.

As escolas comerciais que floresceram no norte da Itália durante os séculos XIV e XV foram importantes catalisadoras da difusão da escrituração por partidas dobradas (Carruthers & Espeland, 1991, pp. 48-49, baseado em Van Egmond [1976] e Goldthwaite [1972])). No entanto, estas escolas de contabilidade [*Scuola d'Abaco*] eram privadas. Em 1338, Florença tinha seis destas escolas e, em 1613, havia 48 escolas de ábaco em Nuremberga, Alemanha (Swetz, 1987). Estas escolas ensinavam multiplicação, divisão, fracções e os princípios dos sistemas monetários, não sendo claro quando a escrituração por partidas dobradas foi introduzida no currículo. A proliferação de tratados de contabilidade após 1500 sugere que o método foi introduzido no currículo formal destas escolas antes de 1500 (Goldthwaite, 1972, p. 425, citado por Carruthers & Espeland 1991, p. 49). Embora Itália seja conhecida pelo desenvolvimento precoce da contabilidade e das técnicas de ensino de contabilidade nas *Scuolas d'Abaco* a partir pelo menos do século XIV, a primeira escola oficial de comércio não foi fundada até cerca de 1860-65 (em Veneza).

Antes de 1869, as poucas escolas comerciais que haviam sido estabelecidas nos Países Baixos eram escolas particulares, como a *Sarphati*, «escola para a educação em matérias de comércio e indústria», com sede em Amesterdão, em 1846 (Stuijvenberg, 1963). Em 1865, foi criada uma escola secundária frequentada por alunos entre os 12 e 18 anos, financiada pelo governo. Esta escola preparava os alunos para empregos no comércio e na indústria. Em 1869, o *Amsterdam Council* estabeleceu uma escola comercial pública, sendo reputadamente a primeira escola de comércio financiada pelo governo dos Países Baixos (Stuijvenberg, 1963).<sup>(5)</sup>

Em Espanha, o primeiro passo para a educação pública do comércio ocorreu em 1785 (Fernán-

dez Aguado, 1997, p. 56; Donoso Anes & Arquero Montaño, 2001, p. 2), quando um Decreto Real (29 de Novembro de 1785) obrigou a Câmara de Comércio a criar as escolas de comércio. Esta primeira iniciativa não foi bem sucedida e uma nova Ordem Real (26 de Fevereiro de 1799) instou a Câmara de Comércio a estabelecer estudos oficiais de comércio em Cádiz e Bilbao. Houve muitos problemas no estabelecimento dessas escolas e só em 2 de Janeiro de 1819 a primeira delas iniciou a sua actividade em Cádiz (Donoso Anes & Arquero Montaño, 2001). Em 1806, em Barcelona, a Câmara de Comércio da Catalunha estabeleceu a escola de cálculo e partidas dobradas. O seu programa de estudos mudou ao longo do tempo a fim de incluir novos temas. Em 1835, com a incorporação de estudos comerciais e de línguas, adquiriu a designação de «escola de comércio» (Fernández Aguado, 1997, pp. 57-58). Em Madrid, uma escola de comércio começou a sua actividade em 30 de Maio 1828, sob a supervisão da Câmara de Comércio (Fernández Aguado, 1997, p.58).

Na Grécia, só em 1855 a contabilidade por partidas dobradas foi ensinada numa escola pública pela primeira vez, na Real Escola Politécnica (Filios, 1955). No século XVII existiram, contudo, pequenas escolas particulares especializadas em contabilidade.

Na Noruega, os «esforços educacionais no comércio não se levaram a cabo em instituições distintas, mas antes em ligação com outras instituições culturais» (Kinserdal, 1995, p. 191). Em 1765, por exemplo, a Orquestra Harmonien em Bergen estabeleceu uma academia de belas artes, que incluía a escrituração por partidas dobradas. No entanto, todas as escolas de comércio na Noruega até meados do século XVIII eram privadas (Kinserdal, correspondência pessoal com os autores).

Como se conclui, na Europa houve muitas reformas com vista ao estabelecimento de escolas de comércio. Mas essas reformas conduziram ao ensino privado (e não público). Todo o ensino oficial de comércio, financiado pelo governo, foi posterior à Aula do Comércio de Lisboa. Exemplos de ensino universitário público são o *King's College* de Londres, mas apenas criado em 1852, e só cerca de 1900 as universidades belgas e a Universidade de Zurique começaram a ensinar matérias comerciais (Redlich, 1957, p. 44).

Na tabela seguinte resumimos a informação que temos vindo a apresentar, relativamente à criação de escolas de comércio na Europa. Não pretendemos ser exaustivos ou conclusivos. Mas esta tabela pode fornecer um ponto de partida para ajudar o desenvolvimento futuro de uma cronologia completa da criação das escolas comerciais.

**Tentativa de cronologia da criação de escolas comerciais**

Autor	Escolas de comércio ou academias comerciais	País	Ano de criação	Tipo de escola
Hans (1951)	<i>Little Tower Street Academy</i>	Inglaterra	1715	Privada
Hans (1951); Jochen in Angiolini & D. Roche (1995)	<i>Soho Academy</i>	Inglaterra	1717/18	Privada, fundada por Martin Clare, M. A., Membro da <i>Royal Society</i>
Vários	Aula do Comércio, Lisboa	Portugal	1759	Pública
Redlich (1957); Gonçalves, (1960); PAS (1955)	<i>Hamburgische Handlung-Akademie Hamburg</i>	Alemanha	1768	Privada ( <i>Büsch's Academy</i> )
Redlich (1957)	<i>Imperial Realakademie em Vienna</i>	Áustria	1770	Pública (Imperatriz Maria Teresa)
Léautey (1886)	Escola de Comércio de S. Petersburgo	Rússia	1772	Privada
Hans (1951)	<i>Lambeth Academy</i>	Inglaterra	1785	Privada
Engel (1875)	<i>Académie or Institut Préparatoire au Commerce(*)</i>	Mulhouse, Alsácia	1782	Privada
Fernandez Aguado (1996)	Academia de Comércio, Barcelona	Espanha	1787	Privada, financiada por mercadores (Junta particular de Comércio de Catalunha)

<b>Autor</b>	<b>Escolas de comércio ou academias comerciais</b>	<b>País</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Tipo de escola</b>
Hans (1951)	<i>City Commercial School</i>	Inglaterra	1792	Privada
Garnier (1859)	<i>Lübeck School "Practical Academy of Commerce"</i>	Alemanha	1793	
Fernandez Aguado (1996)	<i>Escuela da Cálculo e Escritura Doble, Barcelona</i>	Espanha	1806	Junta de Comércio
Léautey (1886)	<i>École de Commerce de Moscou</i>	Rússia	1804	Criada pela Imperatriz Marie Fedorovna com capital de mercadores e dinheiro da família real.
Azevedo (1961)	Aula do Comércio do Rio de Janeiro	Brasil	1809	Pública
Azevedo (1981)	Aula do Comércio de Pernambuco e da Baía, Baía	Brasil	1809	Pública
Léautey (1886)	<i>Académie pratique des sciences commerciales de Moscou</i>	Rússia	1810	Privada (mercadores)
Léautey (1886)	<i>Académie de Commerce</i>	Dantzig - Alemanha	1814	Privada
Léautey (1886)	<i>I. R. Accademia di Commercio e nautica Trieste</i>	Trieste, Áustria	1817	Pública
Donoso Anes and Arquero Montaño (2001)	<i>Escuela Mercantile de Cádiz</i>	Espanha	1819	Junta do Comércio, por imposição do rei
Fernandes Aguado (1996)	<i>Escuela de Comercio de Bilbao</i>	Espanha	1819	Junta do Comércio, por imposição do rei
Léautey (1886), Maffre (1985), Pequito (1879)	<i>École Supérieure de Commerce de Paris</i>	França	1820	Privada, criada por dois mercadores (**)
Fernandez Aguado (1996)	<i>Escuela de Comercio of Madrid</i>	Espanha	1828	Junta do Comércio, por imposição do rei
Léautey (1886)	<i>Institut Public de Commerce</i>	Leipzig	1831	Privada
Léautey (1886)	<i>École commerciale Municipale</i>	Nuremberga	1834	Pública
Fernandez Aguado (1996)	<i>Escuela de Comercio - Barcelona</i>	Espanha	1835	Junta do Comércio, por imposição do rei
Léautey (1886)	<i>Liverpool College, Commercial School</i>	Liverpool, Inglaterra	1840	Pública
Redlich (1957)	<i>King's College of London</i>	Inglaterra	1852	Pública
Stuijvenberg (1963)	<i>Sarphati's "school for education in trade and industry"</i>	Holanda	1846	Privada
Filios, (1955)	<i>Royal Polytechnic School</i>	Grécia	1855	Pública
Neves (1943), Pequito (1879) <sup>1</sup>	<i>Institute of Commerce Antwerp</i>	Bélgica	1852	
Pequito, 1879	<i>School of Commerce of Vienna</i>	Áustria	1857	Privada
Zambon (correspondência pessoal, 2003), Pequito (1879)	<i>Royal School of Commerce, Veneza</i>	Itália	1860/65	Pública
Maffre (1985)	<i>École Supérieure de Commerce de Mulhouse</i>	Suiça (Alsácia)	1868	Privada, financiada pela <i>Chambers of Commerce</i>
Stuijvenberg (1963)	<i>Commercial School Amsterdam</i>	Holanda	1869	Patrocinada pelo governo
Neves (1943)	Escola de Comércio	Japão	1875	Patrocinada pelo governo
Neves (1943)	<i>École des Hautes Études Commerciales</i>	França	1881	Financiada pela <i>Chambre de Commerce</i>

(\*) Esta escola, aparentemente, só sobreviveu seis anos.  
(\*\*) Em 1869 esta Escola foi comprada pela *Chambre de Commerce* de Paris.

Nenhuma das escolas apresentadas foi, simultaneamente, patrocinada pelo governo, especializada em comércio, e antecedeu a Aula de Comércio. A tabela reflecte uma característica do Iluminismo do século XVIII – um crescente reconhecimento da necessidade de melhorar a educação (Hof, 1995, p. 11; Forrester, 1990) que levou à criação de escolas públicas comerciais (Maffre, 1985). Mas foi principalmente durante o século XIX que a preocupação com o desenvolvimento da educação comercial se tornou mais profunda e mais generalizada em muitos países europeus e a intervenção do Estado no financiamento de escolas de comércio começou a ter maior aceitação.

Não queremos dizer que a intervenção estatal é uma etapa necessária no desenvolvimento da educação comercial. No entanto, no caso de Portugal, deve reconhecer-se historicamente a importância do Estado no ensino. A educação dos comerciantes era muito difícil no século XVIII (Hoock, 1995) e muitas vezes era efectuada através de estágios, ou viagens ao estrangeiro, bem como pela inclusão das áreas comerciais nos currículos das escolas privadas. Na segunda metade do século XVIII, emergiram projectos ambiciosos que levaram a uma educação comercial institucionalizada (Hoock, 1995). Mas foi só no século XIX que começaram a proliferar escolas privadas e públicas em diferentes países.

## Conclusões e discussão

As provas que apresentamos, não nos permitem refutar a nossa hipótese. Isto não significa que a afirmação é verdadeira, mas simplesmente que, apesar da ampla pesquisa realizada, a afirmação acerca do pioneirismo da Aula do Comércio não foi demonstrada como sendo falsa. A nossa pesquisa chama a atenção para Portugal no século XVIII, e mostra como um país com um governo iluminista tenta satisfazer as necessidades pragmáticas do mercantilismo e do capitalismo de Estado,

formando comerciantes e guarda-livros através de uma escola pública especializada no ensino comercial.

A intervenção do Estado no ensino comercial é um aspecto importante, mas negligenciado nas agendas de investigação que tratam a cultura e a educação dos comerciantes na Europa (Angiolini & Roche, 1995). Este trabalho é um contributo para esta temática, tentando destacar o papel do Estado no desenvolvimento do ensino comercial, e ajudando a identificar «os factores *ad hoc* e historicamente específicos que condicionam o surgimento de inovações no Governo» (Miller, 1990, p.329) – neste caso, a intervenção estatal para providenciar educação comercial. Em particular, este trabalho melhora a compreensão de quando, porquê e onde o ensino do comércio (incluindo contabilidade), se tornou uma questão de interesse governamental. A nossa análise aponta para o financiamento deste ensino pelo Estado, como tendo sido iniciado em 1759, em Portugal. O interesse pelo ensino comercial do governo português pode ser explicado por referência às circunstâncias particulares de Portugal na época: o encerramento das escolas conduzidas pelos jesuítas; a necessidade de dar resposta à falta de iniciativa dos homens de negócio portugueses através do desenvolvimento de grandes empresas comerciais monopolísticas (capitalismo de Estado), e da necessidade de reformar as finanças públicas, com a introdução das partidas dobradas. Ao contrário de outros países (por exemplo, França), as formas tradicionais de aquisição de conhecimentos comerciais (incluindo através da aprendizagem em escolas privadas e de livros) não foram suficientes para satisfazer a necessidade por parte do Estado de profissionais qualificados para o desenvolvimento do comércio e de indústria e para a modernização da administração pública. ■

(Texto recebido pela OTOC em Dezembro de 2009)

(\*) Este artigo foi publicado originalmente com o título «State intervention in commercial education: The case of the Portuguese School of Commerce, 1759», na revista *Accounting History*, 2007, Vol. 12 (1), pp. 55-85 por Lúcia Lima Rodrigues, Delfina Gomes e Russell Craig. Esta versão resumida em português está a ser publicada aqui com a autorização da Sage Publications, editora da revista (reproduced by permission of SAGE Publications Ltd., London, Los Angeles, New Delhi, Singapore and Washington DC, from Lúcia Lima Rodrigues, Russell Craig and Delfina Gomes, «State intervention in commercial education: The case of the Portuguese School of Commerce, 1759», *Accounting History*, Copyright (©Sage Publications, 2007)). Os leitores portugueses que desejem subscrever a revista *Accounting History* poderão contactar por e-mail a Sage Publications através do seguinte endereço: [subscription@sagepub.co.uk](mailto:subscription@sagepub.co.uk); ou fazer a subscrição *online* através do site: [www.sagepub.co.uk](http://www.sagepub.co.uk).

(<sup>1</sup>) «Em diferentes momentos, a escola é referida como «O Colégio da Senhora Soberana a Rainha» (este título foi encontrado pela primeira vez em 1573); A Grande Escola da Rainha ...[e] ... a Escola Latina» (Collenette, 1963, p. 13).

(<sup>2</sup>) A não ser que seja especificado de forma diferente, a fonte de toda a informação sobre a escola em Dundee é Grant (1876). Os números das páginas relevantes são providenciados em parêntesis.

(<sup>3</sup>) Foi um *referee* anónimo que chamou a nossa atenção para este aspecto.

(<sup>4</sup>) A antiga escola foi adquirida pela Junta de Comércio de Paris em 1869 (ver Léauté [1886] e Maffre [1985]).

(<sup>5</sup>) Os autores gostariam de agradecer aos professores A. J. van der Helm e Johanna Postma pela informação contida neste parágrafo e pela tradução da informação do holandês para o inglês.